

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *Jornal de Brasília (D.F.)*

Class.:

586

Data *14 de setembro de 1985*

Pg.:

Cimi vai ao presidente e critica ação da Funai

O presidente José Sarney receberá, nos próximos dias, através da CNBB, documento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), analisando os seis meses da política indigenista da Nova República, no qual é criticada a atitude «autoritária» do ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, por ter «imposto» os três presidentes que a Fundação Nacional do Índio (Funai) já teve neste curto espaço de tempo.

O documento também está sendo encaminhado a vários organismos governamentais vinculados ao assunto, além de entidades de apoio à causa indígena.

— Ao avaliar objetivamente a política indigenista destes seis meses da «Nova República», devemos constatar que ainda encontramos todos os erros e a má-vontade da política indigenista dos últimos 20 anos. Junto com os setores que apostaram em mudanças estruturais desta «Nova República», e junto aos povos indígenas, o Cimi se compromete a sair às praças públicas para cobrar, não um favor, mas o direito dos povos indígenas à sua terra demarcada, o direito à sua participação — não só na Constituinte — em todas as decisões que lhes dizem respeito, e a punição dos que cometeram crimes contra eles», diz o documento.

Denúncia

Segundo ele, «a denúncia e a punição dos criminosos não é revanchismo; é ruptura (prometida) com velhas práticas genocidas e etnocidas. É boa notícia para os perseguidos. É o nascimento de uma esperança».

O Cimi, ao reclamar da nomeação de Alvaro Villas-Boas para a presidência da Funai, afirma que ele esteve «comprometido com o regime militar de 1964», e que «em tempos não muito remotos tachou indigenistas, antropólogos e missionários que discordaram de sua atuação, de agitadores e comunistas».

— Exatamente os índios do Paraná, que conhecem seu trabalho mais de perto, o qualificaram, diante das câmaras de TV, de carrasco e explorador da mão-de-obra indígena, diz o Cimi, lembrando que Costa Couto justificou a sua escolha «autoritária» sob a alegação de que não haveria consenso. Mas — afirma — as democracias funcionam a partir de um consenso majoritário encontrado na discussão e na decisão da maioria.

O documento diz que em quase seis meses do novo governo apenas duas áreas indígenas lograram aprovação final no Grupo Interministerial encarregado de defini-las, e demonstra preocupação com as declarações do irmão de Alvaro (Orlando) de que «nem 40 anos serão suficientes para demarcar as terras dos índios».

— Nos meios indigenistas teme-se a volta à estadualização de 1980, disfarçada de «descentralização administrativa» da Funai. Exatamente nos Estados a política indigenista é mais vulnerável, por causa da proximidade e da influência política dos inimigos dos índios. Teme-se também, nos meios missionários, que, aliás, por várias ocasiões foram expulsos de áreas indígenas pelo novo presidente da Funai, a volta aos «convênios» com as dioceses, num intuito de retomar o monopólio estatal do trabalho indigenista.

Tensão

O Cimi denuncia que em várias áreas indígenas a tensão e os conflitos vêm se agravando e trazendo enormes prejuízos às comunidades, e dá como exemplo o caso dos Guarani e Kayowá, da Fazenda Paraguassu, em Mato Grosso do Sul «que lutam há nove anos para terem reconhecidas suas pequenas áreas, mas até hoje quando reivindicam seus direitos só recebem violências. Em Piracua, uma dessas áreas, o pretenso proprietário da reserva indígena continua retirando o restante da mata existente na área sem que autoridade al-

guma o faça parar».

— No Amazonas, os Kulina da região de Eirunepé e os Tikuna, do Alto Solimões vêm sofrendo toda sorte de pressões e humilhações por estarem pleiteando o direito às terras que lhes pertencem. No Alto Rio Negro, as ameaças são feitas por invasores em busca de minérios. No Maranhão, os índios Gujá, na sua maioria ainda arreios, têm seu território ameaçado devido a uma grande jazida de bauxita, que interessa diretamente à Companhia Vale do Rio Doce e a outras empresas de mineração, diz o documento.

De acordo com ele, «os desacertos da política indigenista evidenciados especialmente no encaminhamento dado aos casos dos índios Kayabi, Apiaká, Rikibktsa e Kaingang mostram que também na «Nova República» o tempo está correndo — e aceleradamente — contra as populações indígenas. «Há uma lógica intrínseca entre esses desacertos e as atitudes autoritárias provenientes do Ministério do Interior».

Segundo o Cimi com relação às esperanças suscitadas pela Nova República, «a boa vontade e o novo comportamento que povos indígenas e indigenistas de comprovada atuação pró-índio tinham o direito de esperar era um comportamento democrático na nomeação dos novos quadros administrativos para a Funai, a demarcação efetiva e imediata de algumas áreas indígenas e a punição de agressores de populações silvícolas e de seus defensores».

— Todas essas esperanças foram realmente frustradas com o retorno à Funai de pessoas importadas da Velha República. Sem sinal de esperança hoje, como se pode acreditar nas promessas do futuro? E a credibilidade não só da política indigenista, mas da «Nova República» que está em jogo, adverte o Cimi.